

SAÚDE MENTAL

Desafios da Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e
Cuidado na Sociedade Moderna

Edição XXX

Capítulo 46

LUTO ECOLÓGICO E SAÚDE MENTAL DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA: ANÁLISE REFLEXIVA

ÍTALO ARÃO PEREIRA RIBEIRO¹
RIANNY SANTOS CARMARGO²
LÍVIA LEONORA PEREIRA BEZERRA²
MURIEL FERNANDA DE LIMA¹
IARA BARBOSA RAMOS¹
MARCELO VÍCTOR FREITAS NASCIMENTO³
TALLES ANTÔNIO COELHO DE SOUSA⁴
ELISÂNGELA ANTÔNIO DE OLIVEIRA FREITAS¹
DANIEL DE MACÊDO ROCHA¹
HELDER DE PÁDUA LIMA¹

1. Docente – Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Coxim (UFMS/CPCX). Coxim, MS, Brasil.

2. Discente – Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Coxim (UFMS/CPCX). Coxim, MS, Brasil. Bolsista PIBIC.

3. Docente – Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, PI, Brasil.

4. Médico - Mestrando em Saúde da Família pela Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família da Universidade Federal do Piauí (RENASF/UFPI). Teresina, PI, Brasil.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Luto; Saúde Mental.

DOI:

10.59290/8019303640

EDITORIA
P PASTEUR

INTRODUÇÃO

As perdas provocadas pela crise climática nem sempre podem ser contabilizadas pelo número de moradias destruídas, hectares queimados, espécies ameaçadas ou pessoas deslocadas. Há perdas que permanecem depois que os danos materiais são dimensionados e que dizem respeito à relação construída com aquilo que deixou de existir ou já não pode ser reconhecido da mesma maneira. Uma paisagem transformada, um rio que perde suas características, uma floresta degradada ou um território que deixa de oferecer condições para a permanência podem representar também rupturas de memórias, vínculos, modos de vida e sentidos de pertencimento. Nesse contexto, as mudanças ambientais alcançam uma dimensão profundamente humana: aquilo que se modifica fora das pessoas pode também alterar a maneira como elas reconhecem o lugar onde vivem e imaginam sua continuidade nele (ELLIS & ALBRECHT, 2017; DE BIASIO & FERNANDEZ VELASCO, 2026).

A experiência emocional relacionada a essas transformações tem recebido crescente atenção no campo da saúde mental. Ecoansiedade, solastalgia, medo, raiva e sentimentos de impotência integram um vocabulário que procura tornar visíveis diferentes maneiras de responder à crise climática, sem que sua presença represente necessariamente adoecimento (RIBEIRO; LIMA, 2026). Dentre essas experiências, o luto ecológico chama atenção por deslocar o olhar da ameaça para a perda, seja ela concretamente vivenciada ou antecipada. Cunsolo e Ellis (2018) o descrevem a partir do sofrimento associado à perda de espécies, ecossistemas e paisagens significativas, bem como de identidades, conhecimentos e modos de vida vinculados ao ambiente. Essa compreensão su-

gere que não se lamenta apenas aquilo que desaparece fisicamente, mas também as relações que deixaram de ser possíveis quando determinado ambiente se transforma.

Há, entretanto, uma particularidade que torna o luto ecológico especialmente complexo: nem toda perda ambiental é socialmente reconhecida como algo que possa ser lamentado. Diante da morte humana, diferentes sociedades construíram palavras, rituais e espaços coletivos que reconhecem a existência da perda e permitem compartilhá-la. A degradação de uma paisagem, o desaparecimento de uma espécie ou a transformação irreversível de um território raramente encontram formas equivalentes de reconhecimento. Varutti (2024) chama atenção para os obstáculos que ainda limitam a expressão pública do luto diante da destruição ecológica, revelando uma tensão importante: a perda pode ser profundamente sentida mesmo quando não encontra legitimidade social para ser vivida como luto. Nesse sentido, a ausência de um “funeral” ultrapassa a inexistência de um ritual formal e pode representar também a dificuldade de reconhecer coletivamente que algo significativo foi perdido.

Essa invisibilidade merece atenção porque a relação entre pessoas e ambientes não se estabelece apenas pela utilização dos recursos que eles oferecem. Territórios podem sustentar histórias familiares, práticas culturais, formas de trabalho, conhecimentos transmitidos entre gerações e possibilidades de imaginar o futuro. Evidências produzidas em diferentes contextos mostram que o luto ecológico pode estar relacionado tanto às perdas ambientais diretamente experimentadas quanto àquelas antecipadas e às transformações de identidades e modos de vida associados ao território (PIHKALA, 2024; OJALA *et al.*, 2024). Assim, perguntar como elaborar uma perda ambiental implica também perguntar o que exatamente foi perdido, para

quem essa perda possui significado e quem reconhece o direito de lamentá-la.

A incorporação dessa discussão ao campo da saúde mental requer, contudo, cuidado para que reconhecer o sofrimento não signifique convertê-lo automaticamente em problema individual. Ansiedade e luto ecológicos podem constituir respostas compreensíveis diante da magnitude das transformações ambientais, embora em determinadas circunstâncias também possam produzir sofrimento significativo (CUNSOLO *et al.*, 2020; COMTESSE *et al.*, 2021). Esse movimento demanda respostas capazes de considerar simultaneamente emoções, vínculos, territórios e condições sociais, aproximando o debate também das práticas de saúde e do cuidado desenvolvido junto às comunidades afetadas pelas mudanças climáticas (RIBEIRO *et al.*, 2026).

Diante de perdas para as quais nem sempre existem palavras, reconhecimento ou rituais socialmente compartilhados, discutir o luto ecológico significa ampliar a compreensão sobre aquilo que a crise climática retira das pessoas e comunidades para além do que pode ser materialmente reconstruído. Parte do desafio talvez não esteja em ensinar as pessoas a superar aquilo que perderam, mas em criar condições para que essas perdas possam ser reconhecidas, compartilhadas e incorporadas às suas histórias. Nessa perspectiva, este artigo propõe refletir sobre o luto ecológico e suas relações com a saúde mental diante da crise climática, problematizando o reconhecimento das perdas ambientais e as possibilidades individuais e coletivas de sua elaboração.

MÉTODO

Trata-se de um artigo teórico-reflexivo, construído a partir da análise crítica da literatura sobre luto ecológico e suas relações com a

crise climática e a saúde mental. A reflexão foi sustentada por produções nacionais e internacionais selecionadas por sua pertinência conceitual, com ênfase em estudos sobre perdas ambientais, solastalgia, vínculo e pertencimento ao território, luto não reconhecido e repercussões psicossociais das mudanças climáticas. A literatura foi utilizada como suporte para a construção argumentativa, e não com finalidade de síntese sistemática das evidências.

A análise foi organizada em três eixos reflexivos: quando a perda ambiental também se torna uma perda humana; uma perda que não tem funeral: reconhecimento e legitimidade do luto ecológico; e elaborar o que não pode ser recuperado: possibilidades de cuidado diante do luto ecológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando a perda ambiental também se torna uma perda humana

As transformações provocadas pela crise climática ampliam o próprio significado da perda, pois aquilo que desaparece ou se modifica no ambiente frequentemente está entrelaçado às histórias construídas pelas pessoas nos lugares onde vivem. Quando um rio deixa de sustentar práticas mantidas ao longo de gerações, uma floresta é destruída ou um território se modifica a ponto de já não ser reconhecido por quem nele permanece, também podem ser afetadas maneiras de trabalhar, conviver, recordar e pertencer. Os lugares não constituem apenas cenários onde a vida acontece; eles participam da construção de identidades, vínculos e sentidos de continuidade. Por isso, sua transformação pode alcançar dimensões que ultrapassem aquilo que foi fisicamente perdido (ELLIS; ALBRECHT, 2017).

A dimensão emocional dessas perdas aparece com maior nitidez quando aquilo que se lamenta deixa de ser compreendido apenas como

o elemento ambiental que desapareceu. Cunsolo e Ellis (2018) relacionam o luto ecológico à perda de espécies, ecossistemas e paisagens significativas, mas também às rupturas de conhecimentos, identidades e modos de vida vinculados ao ambiente. Um rio pode guardar lembranças e organizar práticas de trabalho e convivência; uma floresta pode sustentar conhecimentos transmitidos entre gerações; uma paisagem pode reunir referências importantes de uma história individual ou coletiva. Quando esses elementos se transformam, parte das relações construídas em torno deles também pode ser afetada.

A permanência em um território profundamente modificado acrescenta uma particularidade a essa experiência, porque perder um lugar nem sempre significa ter sido fisicamente afastado dele. A noção de solastalgia descreve justamente o sofrimento relacionado à alteração indesejada do ambiente vivido, permitindo compreender situações em que a pessoa continua no mesmo espaço, embora sua relação com ele já não seja a mesma (ALBRECHT *et al.*, 2007). A casa pode permanecer, assim como as ruas, os caminhos e parte da paisagem, enquanto desaparecem características que sustentavam familiaridade, segurança ou pertencimento.

Há algo especialmente inquietante nessa forma de perda: pode-se continuar vivendo no mesmo lugar e, ainda assim, sentir que parte dele deixou de existir. O endereço permanece, mas o lugar ao qual ele correspondia afetivamente pode já não ser reconhecido da mesma maneira. O luto ecológico ajuda, assim, a compreender que a ausência nem sempre depende do desaparecimento completo daquilo que foi perdido.

As mudanças ambientais também introduzem uma temporalidade particular no luto, pois

determinadas perdas começam a ser vividas antes de se concretizarem. A percepção de que uma espécie, uma paisagem, uma prática cultural ou determinado modo de vida está ameaçado pode trazer para o presente o sofrimento relacionado a uma ausência futura. Pihkala (2024) identifica no luto ecológico perdas concretas, simbólicas e antecipadas, mostrando que aquilo que se lamenta não precisa necessariamente já ter desaparecido.

Entre populações Sámi, por exemplo, as mudanças ambientais têm sido associadas não apenas às alterações físicas do território, mas também às ameaças à continuidade cultural, aos conhecimentos ecológicos e à transmissão de práticas entre gerações (MARKKULA *et al.*, 2024). Nesses casos, a experiência da perda alcança aquilo que ainda existe, mas cuja continuidade deixou de parecer assegurada. Sofre-se pelo que desapareceu, pelo que está desaparecendo e, em alguns casos, pelo que talvez não possa ser transmitido.

A relação entre território e futuro acrescenta outra camada a essa reflexão. De Biasio e Fernandez Velasco (2026) relacionam a perda do lugar às possibilidades de vida que determinado ambiente sustentava. Permanecer onde se nasceu, continuar uma atividade vinculada ao território, transmitir conhecimentos, criar os filhos naquele espaço ou reencontrar futuramente uma paisagem carregada de memórias são possibilidades que dependem, em alguma medida, da continuidade das condições que lhes davam sustentação.

A crise climática pode interromper, portanto, não apenas relações estabelecidas com o passado e o presente, mas também projetos que haviam sido imaginados naquele lugar. Essa dimensão amplia o significado do luto ecológico porque introduz uma perda que não possui necessariamente uma lembrança correspondente:

há também luto por futuros que deixaram de parecer possíveis.

As desigualdades sociais atravessam essas experiências e impedem que o luto ecológico seja compreendido como uma resposta vivenciada da mesma maneira por todas as populações. Para agricultores, povos tradicionais, comunidades rurais e grupos cuja subsistência, cultura e identidade mantêm relações estreitas com o ambiente, uma mesma transformação pode reunir perdas econômicas, afetivas, culturais e ecológicas. Estudos realizados em contextos africanos mostram que mudanças ambientais podem comprometer meios de subsistência, sementes tradicionais, conhecimentos ecológicos e modos de vida (BOAFO; YEBOAH, 2025; WAHID *et al.*, 2025).

Essas diferenças também convidam a questionar até que ponto a ideia de “recomeçar” consegue traduzir aquilo que acontece depois de uma perda ambiental. Algumas pessoas dispõem de recursos para reconstruir a vida em outro lugar; outras permanecem porque não podem sair ou porque sair significaria romper vínculos que não encontram equivalentes em outro território. A possibilidade material de deslocamento, portanto, não significa necessariamente a possibilidade emocional de substituir um lugar por outro.

Os próprios processos de reconstrução após eventos climáticos evidenciam esse limite. Uma casa reconstruída depois de uma enchente pode não devolver a sensação de segurança; reassentar uma comunidade em um local protegido não transfere os vínculos construídos no território anterior; recuperar uma área degradada tampouco restitui imediatamente as memórias associadas à paisagem que existia. Isso não significa que toda transformação ambiental produzirá luto, mas evidencia que o significado da perda depende da relação construída com

aquilo que foi modificado. O que pode ser reconstruído materialmente nem sempre coincide com aquilo que precisa ser elaborado emocionalmente.

Parte das consequências da crise climática permanece justamente fora das estimativas de danos porque vínculos, memórias, pertencimentos e futuros interrompidos dificilmente podem ser traduzidos em números. Muitas dessas perdas também não possuem um momento preciso de ruptura: uma paisagem pode desaparecer lentamente, uma espécie tornar-se progressivamente rara e um território deixar de ser familiar antes mesmo de se tornar inabitável.

Quando não há um corpo, uma despedida claramente demarcada ou um ritual socialmente estabelecido, reconhecer que algo foi perdido pode se tornar parte do próprio desafio de elaborar a experiência. Se aquilo que desapareceu possuía significado suficiente para produzir sofrimento, mas não encontra reconhecimento coletivo como objeto de luto, surge uma questão que ultrapassa a dimensão individual: como elaborar uma perda quando quase não existem espaços sociais para reconhecê-la e compartilhá-la? É justamente essa questão que conduz à ideia de uma perda que, embora sentida, nem sempre encontra o seu “funeral”.

Uma perda que não tem funeral: reconhecimento e legitimidade do luto ecológico

A elaboração de uma perda não depende apenas daquilo que cada pessoa consegue fazer com o próprio sofrimento, pois também importa a existência de espaços nos quais essa perda possa ser reconhecida e compartilhada. É justamente aí que o luto ecológico encontra uma de suas tensões: algo pode desaparecer da vida de uma pessoa ou comunidade sem que exista uma linguagem social capaz de reconhecer plenamente o significado dessa ausência. Enquanto

algumas perdas encontram palavras, gestos e rituais que legitimam o sofrimento, a destruição de uma paisagem, a degradação de um rio ou o desaparecimento de uma espécie podem ocorrer sem que haja um momento coletivo que diga, de alguma forma, que algo importante foi perdido.

O silêncio que acompanha determinadas perdas ambientais não significa ausência de sofrimento, mas pode revelar os limites daquilo que socialmente aprendemos a reconhecer como digno de luto. A pouca expressão pública diante da destruição ecológica, discutida por Varutti (2024), permite questionar por que algumas ausências parecem autorizar tristeza, memória e despedida, enquanto outras permanecem confinadas à experiência privada. Reconhecer que um ecossistema foi degradado não significa necessariamente reconhecer aquilo que sua degradação retirou da vida das pessoas. Uma perda pode ser ambientalmente evidente e, ainda assim, emocionalmente invisível.

A ideia de uma “perda que não tem funeral” adquire sentido justamente nessa distância entre sentir que algo desapareceu e encontrar reconhecimento para lamentá-lo. O funeral, aqui, não precisa ser entendido como uma cerimônia a ser reproduzida diante de toda transformação ambiental, mas como expressão de algo que frequentemente falta ao luto ecológico: um marco que reconheça a existência da perda e permita que ela seja compartilhada. Quando não existe esse reconhecimento, o sofrimento pode permanecer sem nome, sem testemunhas e, muitas vezes, sem a possibilidade de ser compreendido por quem não mantinha a mesma relação com aquilo que desapareceu.

Essa dificuldade se acentua quando a perda não acontece de uma única vez, mas se instala lentamente na experiência cotidiana. Um lugar pode deixar de ser familiar aos poucos, uma espécie pode tornar-se progressivamente ausente

e determinadas práticas podem perder as condições ambientais que garantiam sua continuidade. As diferentes temporalidades do luto ecológico discutidas por Pihkala (2024) ajudam a perceber como alguém pode lamentar aquilo que ainda existe, mas cuja permanência já não parece assegurada. Há perdas que chegam antes da ausência, porque a possibilidade de perder também modifica a maneira de viver aquilo que ainda permanece.

O reconhecimento social se torna ainda mais difícil quando aquilo que foi perdido não cabe nas formas tradicionais pelas quais o luto costuma ser legitimado. Pertencimento, identidade, continuidade cultural e projetos de vida podem ser profundamente afetados por transformações ambientais sem que exista consenso social de que essas rupturas constituam razões legítimas para sofrer. A aproximação do luto ecológico com a ideia de luto não reconhecido permite problematizar justamente essa condição: a experiência existe, mas encontra poucos espaços para ser validada e compartilhada (RURAL ECO-GRIEF, 2026). Nessa ausência de reconhecimento, o sofrimento corre o risco de ser devolvido ao indivíduo como algo que ele deveria aprender a administrar sozinho.

Tratar essas experiências exclusivamente como questões privadas também pode ocultar que muitas delas nascem de perdas coletivamente produzidas e compartilhadas. Pessoas que vivem em um mesmo território não sofrerão da mesma maneira nem atribuirão os mesmos significados às transformações ambientais, mas isso não retira dessas experiências sua relação com uma realidade comum. Quando o sofrimento é separado das condições que o produziram, aquilo que expressa uma ruptura entre pessoas e seus ambientes pode ser interpretado apenas como dificuldade individual de adapta-

ção. O luto ecológico convida, assim, a preservar a singularidade de quem sofre sem retirar da perda sua dimensão social.

Aquilo que uma sociedade permite lamentar também revela o que ela considera digno de permanecer na memória. Reconhecer publicamente uma perda significa atribuir valor ao que deixou de existir e admitir que sua ausência produziu consequências que não se encerram na dimensão material. É nesse aspecto que o luto ecológico também adquire uma dimensão política: lamentar uma paisagem, um território ou uma forma de vida pode significar recusar que sua destruição seja naturalizada como inevitável ou irrelevante (VARUTTI, 2024). Dar legitimidade ao luto pode ser também uma maneira de afirmar que aquilo que foi perdido importava.

A aproximação com a saúde mental requer, por essa razão, cuidado para que oferecer reconhecimento não signifique imediatamente transformar a experiência em adoecimento. Se tristeza, angústia ou sentimento de perda surgem diante de transformações reais e significativas, sua presença não informa, isoladamente, a existência de um transtorno. O debate proposto por Cunsolo *et al.* (2020) e Comtesse *et al.* (2021) permite sustentar uma posição que não banalize o sofrimento, mas também não retire dele seu significado. Há uma diferença importante entre reconhecer que alguém sofre e concluir que, por sofrer, está doente.

Criar possibilidades de elaboração talvez comece justamente pela construção de espaços onde essas perdas possam existir socialmente. A escuta, a memória compartilhada, os vínculos comunitários e formas simbólicas de despedida podem oferecer maneiras de reconhecer aquilo que não pode ser restituído. Não se trata de instituir um ritual único para as perdas ambientais, mas de admitir que algumas delas precisam en-

contrar expressão coletiva para que não permaneçam confinadas ao silêncio individual. A elaboração pode começar quando aquilo que foi vivido deixa de precisar justificar continuamente por que merece ser lamentado.

Uma perda que não tem funeral não é, portanto, necessariamente uma perda sem possibilidade de elaboração. O que parece faltar é o reconhecimento de que a relação rompida possuía valor e de que sua ausência pode permanecer na vida daqueles que ficaram. Nenhum ritual restitui uma espécie extinta, recompõe integralmente uma paisagem ou devolve um território tal como existia, mas reconhecer a perda pode impedir que desapareça também a memória daquilo que ela significava. A partir daí, a questão deixa de ser apenas como lamentar o que foi perdido e passa a envolver outra possibilidade: como continuar vivendo quando aquilo que se perdeu não pode ser recuperado?

O que permanece depois da perda: cuidado, memória e luto ecológico

A impossibilidade de restituir integralmente aquilo que foi perdido coloca o cuidado diante do luto ecológico em uma posição particular, porque elaborar uma perda ambiental dificilmente significa retornar às condições que existiam antes dela. Uma espécie extinta não retorna porque seu desaparecimento foi elaborado, assim como um território profundamente transformado não recupera automaticamente os vínculos, memórias e sentidos que sustentava. As reflexões sobre perda do lugar mostram que aquilo que desaparece pode incluir também possibilidades de vida antes imaginadas naquele território, fazendo com que a elaboração envolva não apenas o passado, mas também futuros interrompidos (DE BIASIO; FERNANDEZ VELASCO, 2026).

A relação entre perda, lugar e saúde mental reforça que o cuidado não pode se limitar à tentativa de reduzir emoções desagradáveis. O sofrimento associado à transformação do ambiente pode envolver pertencimento, identidade, segurança e continuidade, aspectos presentes nas discussões recentes sobre solastalgia e seus efeitos sobre a saúde mental (MARQUES; FRANCO, 2025). Cunsolo *et al.* (2020) e Comtesse *et al.* (2021) contribuem para essa reflexão ao mostrarem que respostas de tristeza, ansiedade e luto podem permanecer compreensíveis diante de perdas reais, ainda que, em determinadas circunstâncias, alcancem intensidade suficiente para demandar atenção profissional.

A memória pode assumir papel importante nesse processo porque aquilo que já não pode ser recuperado materialmente ainda pode permanecer na história de pessoas e comunidades. Preservar narrativas, conhecimentos, práticas e referências associadas a um território não elimina a ausência, mas impede que a perda seja acompanhada também pelo apagamento de seus significados. Pihkala (2024) mostra que o luto ecológico pode envolver perdas concretas, simbólicas e antecipadas, enquanto estudos sobre eco-luto em contextos rurais evidenciam que pertencimento, dignidade, identidade e projetos de vida também podem ser afetados por transformações ambientais (RURAL ECO-GRIEF, 2026). Elaborar, nesse contexto, não corresponde a esquecer, mas a encontrar formas de integrar a ausência à continuidade da vida.

As possibilidades de elaboração também ultrapassam a esfera individual quando a perda é compartilhada por grupos e comunidades. A literatura sobre fatores socioecológicos do luto ecológico mostra que o sofrimento é atravessado por relações com o lugar, identidade, condições políticas e formas coletivas de exposição às mudanças ambientais. Isso ajuda a compre-

ender por que respostas exclusivamente individuais podem ser insuficientes diante de perdas que se originam em processos compartilhados. O reconhecimento público do luto discutido por Varutti (2024) reforça essa necessidade, pois tornar a perda socialmente visível pode oferecer linguagem, testemunho e legitimidade para aquilo que antes permanecia restrito à experiência privada.

Rituais, práticas simbólicas e espaços de memória podem participar dessa elaboração sem reproduzir necessariamente os modelos associados ao luto pela morte humana. Reunir-se, narrar, preservar, criar marcos de memória ou desenvolver práticas comunitárias de despedida podem funcionar como formas de reconhecer que algo significativo deixou de existir. Essa dimensão pode alcançar também experiências espirituais e crises de sentido relacionadas às perdas ambientais, aspecto explorado por Pihkala (2025) ao discutir o luto ecoespiritual. Nesses casos, o cuidado não se restringe ao sofrimento emocional imediato, mas alcança também perguntas sobre sentido, continuidade, pertencimento e relação com o mundo natural.

A possibilidade de agir pode igualmente participar da elaboração, desde que não seja transformada em obrigação moral para quem sofre. A participação em iniciativas de preservação, restauração ou defesa do território pode reconstruir algum senso de agência diante de perdas marcadas pela impotência, mas nem todo luto precisa se converter em ativismo. Estudos e revisões recentes mostram que as repercussões psicossociais das mudanças climáticas incluem sofrimento importante, mas também resiliência, crescimento pós-traumático e fortalecimento da coesão comunitária (LEIVA-BIANCHI *et al.*, 2026). Essas possibilidades não anulam a dor, mas mostram que a experiência da perda pode coexistir com novas formas de vínculo e continuidade.

O cuidado profissional continua necessário quando o sofrimento passa a comprometer significativamente a vida cotidiana, e reconhecer o luto ecológico como resposta legítima não significa negar essa possibilidade. Acompanhamento psicológico e outras formas de atenção em saúde mental podem ser importantes quando a pessoa encontra dificuldades para elaborar a perda com os recursos disponíveis, desde que a intervenção não retire da experiência seu contexto ambiental e social. O cuidado especializado encontra maior sentido quando ajuda a pessoa a conviver com a ausência sem transformar automaticamente a própria existência do luto em sinal de adoecimento.

A inserção dessas questões nos serviços de saúde amplia ainda mais essa reflexão, especialmente porque perdas ambientais podem aparecer no cotidiano do cuidado por meio de tristeza, medo, perda de pertencimento ou dificuldade de imaginar continuidade no território. A Enfermagem, por sua proximidade com indivíduos, famílias e comunidades, pode contribuir para reconhecer essas manifestações e articulá-las a formas de apoio que considerem os contextos em que foram produzidas (RIBEIRO *et al.*, 2026). O desafio não está em criar uma nova categoria diagnóstica, mas em ampliar a sensibilidade dos serviços para sofrimentos que podem permanecer invisíveis quando ambiente e saúde mental são tratados como dimensões separadas.

Elaborar uma perda ecológica não significa necessariamente encontrar um ponto em que ela deixe de doer, mas construir condições para que ausência, memória e continuidade possam coexistir. Algumas paisagens não retornarão, determinadas espécies não poderão ser recuperadas

e certos modos de vida serão profundamente transformados. O cuidado não pode prometer restituir aquilo que a crise climática tornou irreversível, mas pode contribuir para que essas perdas sejam reconhecidas, compartilhadas e incorporadas à história de quem permanece. Quando a restituição não é possível, talvez a elaboração comece justamente pela possibilidade de não deixar que aquilo que desapareceu perca também seu significado.

CONCLUSÃO

O luto ecológico revela que as perdas produzidas pela crise climática não terminam necessariamente naquilo que desaparece do ambiente. Territórios, paisagens e ecossistemas podem carregar memórias, vínculos, identidades e possibilidades de futuro, fazendo com que sua transformação também seja vivida como uma ruptura na continuidade da vida. Reconhecer esse sofrimento significa admitir que existem perdas profundamente sentidas mesmo quando não há um corpo, uma despedida ou um ritual que as torne socialmente visíveis.

Diante de perdas que nem sempre podem ser reparadas, o cuidado encontra seu sentido menos na expectativa de superação e mais na possibilidade de reconhecer aquilo que permanece depois da ausência. Dar espaço à memória, aos vínculos e à expressão coletiva do sofrimento permite que a elaboração não seja reduzida a uma tarefa individual. O desafio colocado pelo luto ecológico à saúde mental está, portanto, em acolher perdas que não podem ser desfeitas, sem permitir que a ausência de reconhecimento torne ainda mais difícil conviver com aquilo que já não pode ser recuperado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, G. *et al.* Solastalgia: the distress caused by environmental change. *Australasian Psychiatry*, v. 15, S95, 2007. doi: 10.1080/10398560701701288.
- BENHAM, C.; HOERST, D. What role do social-ecological factors play in ecological grief? Insights from a global scoping review. *Journal of Environmental Psychology*, v. 93, 2024. doi: 10.1016/j.jenvp.2023.102184.
- BOAFO, J.; YEBOAH, T. Understanding ecological grief as a response to climate change-induced loss in Ghana. *Climate and Development*, v. 17, p. 532, 2025. doi: 10.1080/17565529.2024.2407342.
- COMTESSE, H. *et al.* Ecological grief as a response to environmental change: a mental health risk or functional response? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, p. 734, 2021. doi: 10.3390/ijerph18020734.
- CUNSOLO, A.; ELLIS, N.R. Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss. *Nature Climate Change*, v. 8, p. 275, 2018. doi: 10.1038/s41558-018-0092-2.
- CUNSOLO, A. *et al.* Ecological grief and anxiety: the start of a healthy response to climate change? *The Lancet Planetary Health*, v. 4, e261, 2020. doi: 10.1016/S2542-5196(20)30144-3.
- DE BIASIO, V. & FERNANDEZ VELASCO, P. Place, climate change and the experience of loss. *WIREs Climate Change*, v. 17, e70056, 2026. doi: 10.1002/wcc.70056.
- ELLIS, N.R.; ALBRECHT, G.A. Climate change threats to family farmers' sense of place and mental wellbeing: a case study from the Western Australian Wheatbelt. *Social Science & Medicine*, v. 175, p. 161, 2017. doi: 10.1016/j.socsci-med.2017.01.009.
- LEIVA-BIANCHI, M. *et al.* The psychosocial impact of climate change: an umbrella review and meta-analysis. *Frontiers in Public Health*, v. 14, 2026. doi: 10.3389/fpubh.2026.1899420.
- MARKKULA, I. *et al.* Climate change, cultural continuity and ecological grief: insights from the Sámi Homeland. *Ambio*, v. 53, p. 1203, 2024. doi: 10.1007/s13280-024-02012-9.
- MARQUES, L.M.; FRANCO, S.B. Solastalgia as a warning sign for mental health in a changing environment. *Nature Mental Health*, v. 3, p. 1298, 2025. doi: 10.1038/s44220-025-00515-2.
- PIHKALA, P. Ecological grief, religious coping, and spiritual crises: exploring eco-spiritual grief. *Pastoral Psychology*, v. 74, p. 69, 2025. doi: 10.1007/s11089-024-01158-3.
- PIHKALA, P. Ecological sorrow: types of grief and loss in ecological grief. *Sustainability*, v. 16, p. 849, 2024. doi: 10.3390/su16020849.
- RIBEIRO, Í.A.P. & LIMA, H.P. Ecoansiedade: entre o reconhecimento do sofrimento e os limites da patologização. *Revista Científica Integrada*, v. 9, e202614, 2026. doi: 10.59464/2359-4632.2026.4211.
- RIBEIRO, Í.A.P. *et al.* Climate change and mental health: an urgent call for strategic action from nursing. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 79, 2026. doi: 10.1590/0034-7167.20267904.
- VELICU, I. *et al.* Rural eco-grief: insights from Portugal and Romania. *Emotion, Space and Society*, v. 58, p. 101152, 2026. doi: 10.1016/j.emospa.2026.101152.
- VARUTTI, M. Claiming ecological grief: why are we not mourning (more and more publicly) for ecological destruction? *Ambio*, v. 53, p. 64, 2024. doi: 10.1007/s13280-023-01962-w.
- WAHID, S.S. *et al.* Ecological grief among farmers and pastoralists in Ethiopia and Kenya *Mental Health*, v. 7, 2025. doi: 10.1016/j.ssmmh.2025.100456.